UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CRISTINA DA CUNHA FONSECA

MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA SEXUAL NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO: UMA DESCOBERTA A PARTIR DA ESCUTA SENSÍVEL

Palmas, TO
2025

Cristina da Cunha Fonseca

Mulheres em situação de violência sexual no ambiente universitário: uma descoberta a partir da escuta sensível

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Administração Pública (Profiap) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), como requisito à obtenção do grau de Mestre (a) em Administração Pública.

Orientador (a): Dr. Adriano Batista Castorino

Palmas, TO
2025

HTTPS://SISTEMAS.UFT.EDU.BR/FICHA/

Cristina da Cunha Fonseca

Mulheres em situação de violência sexual no ambiente universitário: uma descoberta a partir da escuta sensível

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Administração Pública. Foi avaliado para a obtenção do título de Mestre (a) em Administração Pública e aprovada (o) em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: _____ / _____ / ___

Banca Examinadora

_____

Prof. Dr. Adriano Batista Castorino, UFT

_____

Profª. Dra. Jônica Marques Coura Aragão, UFCG

_____

Profª. Dra. Ana Lúcia de Medeiros, UFT

Às mulheres.

RESUMO

A presente dissertação investiga as experiências de mulheres em situação de violência sexual no ambiente universitário, tomando como campo empírico o Câmpus Palmas da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Fundamentado em uma abordagem qualitativa e interpretativa, o estudo busca compreender como essas mulheres percebem, elaboram e narram episódios de assédio e violência sexual, bem como analisar de que modo as respostas institucionais influenciam seus processos subjetivos de enfrentamento, acolhimento e reconstrução emocional. A pesquisa adota como eixo metodológico a escuta sensível, inspirada em Maffesoli e Freire, compreendendo a fala da participante como produção legítima de conhecimento e como gesto político de resistência ao silenciamento histórico que molda as relações de gênero. O referencial teórico articula contribuições de autoras feministas que problematizam as estruturas patriarcais que permeiam espaços de sociabilidade, destacando-se Butler, Hooks, Federici, Saffioti e Segato. Esses aportes permitem compreender a violência sexual como fenômeno estrutural, sustentado por relações de dominação simbólica e mecanismos de culpabilização e revitimização das mulheres. A universidade, tradicionalmente concebida como lugar de emancipação e crítica, revela-se também como espaço de reprodução de desigualdades, onde práticas de silenciamento, burocratização do acolhimento e ausência de políticas efetivas contribuem para a perpetuação da violência. A metodologia envolve entrevistas semiestruturadas com três mulheres que vivenciaram violência sexual dentro do ambiente acadêmico. As narrativas foram analisadas por meio da técnica de Análise de Conteúdo de Bardin, permitindo identificar 4. Os resultados revelam que a violência sexual produz efeitos profundos sobre a trajetória universitária das participantes, incluindo medo, isolamento, queda do rendimento acadêmico e desconfiança institucional. Evidenciam também que as respostas institucionais oferecidas, quando presentes, foram insuficientes, fragmentadas e, em alguns casos, revitimizadoras. A escuta sensível mostrou-se um recurso metodológico e ético capaz de promover acolhimento, legitimar o sofrimento e criar um espaço seguro para a elaboração narrativa da dor. Conclui-se que a universidade necessita ampliar suas políticas de prevenção, acolhimento e responsabilização, fortalecendo práticas pedagógicas e institucionais que reconheçam a centralidade da escuta, do cuidado e da justiça de gênero. A pesquisa contribui para o debate sobre violência sexual no ensino superior ao evidenciar lacunas institucionais, reafirmar a importância da escuta como ferramenta de transformação e propor caminhos para práticas acadêmicas mais humanas, sensíveis e socialmente comprometidas.

Palavra-chave: violência sexual. universidade. escuta sensível. violência contra a mulher.

ABSTRACT

This dissertation investigates the experiences of women who have faced sexual violence within the university environment, using the Palmas Campus of the Federal University of Tocantins (UFT) as the empirical field. Grounded in a qualitative and interpretative approach, the study seeks to understand how these women perceive, process, and narrate episodes of harassment and sexual violence, as well as to analyze how institutional responses influence their subjective processes of coping, support, and emotional reconstruction. The research adopts *escuta sensível* (sensitive listening) as its methodological axis, inspired by Maffesoli and Freire, recognizing participants' speech as a legitimate form of knowledge production and as a political gesture of resistance to the historical silencing that shapes gender relations. The theoretical framework articulates contributions from feminist authors who challenge patriarchal structures that permeate spaces of sociability, including Butler, Hooks, Federici, Saffioti, and Segato. These contributions enable an understanding of sexual violence as a structural phenomenon, sustained by relations of symbolic domination and mechanisms of victim-blaming and revictimization. The university, traditionally conceived as a place of emancipation and critical thinking, also reveals itself as a space where inequalities are reproduced, in which practices of silencing, bureaucratized forms of support, and the absence of effective policies contribute to the perpetuation of violence. The methodology involves semi-structured interviews with three women who experienced sexual violence within the academic environment. The narratives were analyzed using Bardin's Content Analysis technique, which made it possible to identify central categories emerging from their accounts. The results show that sexual violence produces profound effects on the academic trajectories of the participants, including fear, isolation, decreased academic performance, and institutional distrust. They also demonstrate that institutional responses, when present, were insufficient, fragmented, and, in some cases, revictimizing. Sensitive listening proved to be an ethical and methodological resource capable of promoting support, legitimizing suffering, and creating a safe space for the narrative elaboration of pain. The study concludes that universities must strengthen their prevention, support, and accountability policies, reinforcing pedagogical and institutional practices that recognize the centrality of listening, care, and gender justice. The research contributes to the broader debate on sexual violence in higher education by highlighting institutional gaps, reaffirming the importance of listening as a tool for transformation, and proposing pathways toward more humane, sensitive, and socially committed academic practices.

Key-words: sexual violence; university; sensitive listening; violence against women.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Profiap	Programa de Mestrado Profissional Em Administração Pública Em Rede Nacional
UFT	Universidade Federal do Tocantins

SUMÁRIO

1	**INTRODUÇÃO**	**10**
1.1	**Problema de Pesquisa**	**11**
1.1.1	Hipótese	**12**
1.1.2	Delimitação de Escopo	**13**
1.1.3	Justificativa	**14**
1.2	**Objetivos**	**15**
1.2.1	Objetivo geral	**15**
1.2.2	Objetivos específicos	**15**
1.3	**Metodologia**	**15**
1.3.1	Abordagem metodológica.	**18**
1.3.2	Procedimento de análise de dados	**18**
1.3.3	Limitações e potencialidades do estudo	**18**
1.4	**Estrutura da Dissertação**	**19**
2	**FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**	**20**
2.1	**A violência de gênero como fenômeno estrutural**	**20**
2.2	**A universidade e a reprodução das desigualdades**	**20**
2.3	**Violência simbólica, linguagem e silenciamento**	**21**
2.4	**Escuta sensível como instrumento ético e político**	**22**
2.5	**Políticas públicas e desafios institucionais**	**22**
3	**RESULTADOS E ANÁLISE**	**25**
3.1	**Considerações iniciais da análise**	**25**
3.2	**Experiência do assédio e da violência**	**26**
3.3	**Sentimentos e impactos emocionais**	**27**
3.4	**Estratégias de enfrentamento e resistência**	**28**
3.5	**3.5 Institucionalidade e cultura do silêncio**	**29**
3.6	**Síntese interpretativa**	**30**
4	**CONSIDERAÇÕES FINAIS**	**31**
4.1	**Contribuições da dissertação**	**32**
4.2	**Trabalhos futuros**	**33**
	REFERÊNCIAS	**25**

1 INTRODUÇÃO

A violência sexual contra mulheres permanece como um dos fenômenos mais persistentes e naturalizados das sociedades contemporâneas. Embora reconhecida como grave violação dos direitos humanos, ela continua atravessando espaços públicos e privados, produzindo marcas profundas nas trajetórias pessoais, profissionais e educacionais das vítimas. No contexto universitário, a problemática adquire contornos específicos: a academia, tradicionalmente associada à racionalidade, à produção de conhecimento e à emancipação social, revela-se também como espaço de reprodução das desigualdades de gênero e das lógicas patriarcais que sustentam práticas de dominação simbólica e material (Bourdieu, 2002).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define violência sexual como:

> "qualquer ato sexual, tentativa de obter um ato sexual, comentários ou insinuações sexuais indesejadas, ou ações para traficar, ou de outra forma dirigir, contra a sexualidade de uma pessoa usando coerção, por qualquer pessoa, independentemente de seu relacionamento com a vítima, em qualquer ambiente." (OMS, 2014, p. 5)

e estima que uma em cada três mulheres no mundo tenha sofrido algum tipo de violência física ou sexual ao longo da vida (OMS, 2021).

No Brasil, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023), o país registra, em média, um caso de estupro a cada oito minutos, sendo a maioria das vítimas do sexo feminino, com idades entre 13 e 29 anos. Esses dados indicam que o problema ultrapassa o âmbito individual, configurando-se como questão estrutural e política. Conforme sustenta Butler (2019), o gênero é uma construção normativa que regula corpos, práticas e identidades, produzindo condições materiais de subordinação e exclusão.

A universidade, nesse cenário, não constitui um espaço neutro ou imune às estruturas de poder que organizam a sociedade. Pelo contrário, ela se apresenta como uma microesfera social em que relações hierárquicas, simbólicas e institucionais podem reproduzir dinâmicas de dominação. O ambiente acadêmico, portanto, reflete e reforça as desigualdades históricas de gênero, classe e raça. Como observa Segato (2020), a violência sexual deve ser entendida como uma linguagem de poder, na qual o agressor comunica e reafirma sua posição de domínio sobre o corpo da mulher, visto como território de controle.

Historicamente, o ingresso feminino nas universidades foi resultado de lutas políticas por igualdade e reconhecimento. Entretanto, a conquista do acesso não se traduziu em permanência segura ou em condições equitativas de vivência acadêmica. Dados do Instituto Avon (2015) revelam que 56% das universitárias brasileiras afirmaram já ter sofrido algum tipo de assédio sexual dentro do ambiente acadêmico, e 67% relataram experiências de violência

simbólica, moral ou física. Ainda mais preocupante é o fato de que a maioria dessas situações permanece silenciada — seja por medo de retaliações, pela descrença nas instâncias institucionais de acolhimento, ou pela naturalização cultural da violência.

A violência sexual no ambiente universitário manifesta-se de formas múltiplas: desde a importunação e o assédio moral até a coerção sexual direta e o estupro. Essas práticas se ancoram em relações de poder e hierarquia, frequentemente envolvendo docentes, técnicos ou discentes em posições assimétricas. Segundo Bourdieu (2002), essa forma de dominação é caracterizada pela "violência simbólica", que opera por meio do reconhecimento tácito e da internalização das normas que legitimam o poder masculino. Assim, o campo universitário, enquanto espaço de disputas simbólicas, tende a mascarar as formas de violência sob discursos de meritocracia, autoridade intelectual ou liberdade acadêmica.

Nesse contexto, a presente pesquisa propõe-se a investigar a experiência de mulheres em situação de violência sexual no ambiente universitário, partindo da perspectiva da escuta sensível (Maffesoli, 1998; Freire, 1987) como instrumento metodológico e ético de acolhimento e análise. A escuta sensível se caracteriza por um modo de compreender e dialogar que ultrapassa a coleta de dados: envolve atenção, empatia e reconhecimento da subjetividade do outro. Tal postura rompe com a tradição positivista da neutralidade e insere o pesquisador num campo ético-político de corresponsabilidade frente ao sofrimento narrado.

A escolha pela abordagem qualitativa se fundamenta na necessidade de compreender as dimensões simbólicas, afetivas e institucionais que atravessam as experiências das mulheres vítimas de violência sexual. Como sustenta Minayo (2009), a pesquisa qualitativa permite adentrar o "espaço mais profundo das relações e dos significados" (p. 21), articulando subjetividade e contexto social.

1.1 Problema de pesquisa

A violência sexual no ambiente universitário constitui uma realidade complexa, multifacetada e, por vezes, invisibilizada. Embora as universidades sejam reconhecidas como espaços de produção de conhecimento e de promoção da igualdade, elas também reproduzem estruturas patriarcais e hierarquias simbólicas que sustentam práticas de assédio, abuso e silenciamento (Bourdieu, 2002; Saffioti, 2004). Essa contradição revela uma tensão entre o discurso institucional de acolhimento e a prática cotidiana, marcada por omissões e revitimizações.

No contexto brasileiro, a ausência de políticas efetivas de prevenção, acolhimento e responsabilização agrava o problema, deixando muitas mulheres expostas a processos de

violência institucional — caracterizados pela descrença, culpabilização e falta de suporte emocional (Segato, 2020; Kiyar *et al*, 2024). Além disso, observa-se que as respostas acadêmico-administrativas tendem a priorizar procedimentos formais e disciplinares, sem garantir espaços de escuta e reparação simbólica.

Essa realidade indica que, apesar do avanço dos estudos de gênero e da criação de comissões de enfrentamento à violência nas universidades, o problema permanece em aberto: há uma lacuna significativa entre o reconhecimento jurídico da violência sexual e o acolhimento efetivo das vítimas dentro das instituições. A literatura existente ainda é insuficiente para compreender como as mulheres elaboram suas experiências e quais significados atribuem ao processo de escuta e acolhimento (Butler, 2019; Hooks, 2019; Freire, 1987).

Do ponto de vista epistemológico, a questão se torna ainda mais relevante porque envolve a necessidade de reconhecer a voz das mulheres como produtora de saberes — um desafio que remete às epistemologias feministas e às epistemologias do Sul (Santos, 2019; Spivak, 2010). Trata-se, portanto, de um problema que ultrapassa o campo empírico e se inscreve na disputa por legitimidade discursiva e política dentro da universidade.

Diante desse contexto, emergem as seguintes perguntas de pesquisa que orientam o desenvolvimento deste trabalho:

1. Como as mulheres que vivenciam situações de violência sexual no ambiente universitário percebem e narram suas experiências?
2. De que modo as práticas institucionais de acolhimento contribuem — ou não — para a superação do trauma e para a reconstrução da autonomia dessas mulheres?
3. Como a escuta sensível pode se constituir em um instrumento ético e político de enfrentamento à violência sexual e de transformação institucional?

Essas questões expressam a complexidade e a relevância social do problema, ao mesmo tempo em que delimitam o campo de análise da pesquisa. Elas orientam o percurso metodológico e fundamentam a formulação da hipótese de que a escuta sensível pode ser um caminho de emancipação e reparação simbólica diante das falhas institucionais de acolhimento.

1.1.3 Hipótese

A partir do problema identificado — a invisibilidade e a revitimização de mulheres que vivenciam violência sexual no ambiente universitário —, esta pesquisa parte da hipótese de que a escuta sensível constitui uma prática ética, política e epistemológica capaz de promover processos de acolhimento e reconstrução subjetiva das vítimas, ao mesmo tempo em que

tensiona as estruturas institucionais responsáveis pelo silenciamento e pela negação dessas experiências.

Presume-se que, ao reconhecer o relato das mulheres como fonte legítima de conhecimento e de transformação institucional, a escuta sensível possa se converter em um instrumento de enfrentamento simbólico da violência, contribuindo para a formação de uma cultura universitária mais equitativa e empática.

Essa hipótese sustenta-se no pressuposto teórico de que a violência de gênero é um fenômeno estrutural, ancorado em relações de poder e dominação simbólica (Bourdieu, 2002; Saffioti, 2004; Butler, 2019), e que o enfrentamento desse fenômeno exige a desconstrução das formas tradicionais de conhecimento e autoridade que legitimam o silêncio institucional (Segato, 2020; Spivak, 2010).

Assim, acredita-se que o exercício metodológico da escuta sensível — ao possibilitar a emergência da voz das mulheres e o reconhecimento da dor como discurso — pode contribuir para reduzir os mecanismos de revitimização nas práticas institucionais; reconfigurar a percepção da violência sexual como problema coletivo e político, e não apenas individual; e também para inspirar políticas internas de acolhimento que valorizem o diálogo, a empatia e o cuidado.

Reconhece-se, contudo, que a hipótese não pretende resolver integralmente o problema da violência sexual universitária, mas oferecer uma contribuição teórico-metodológica que reforce a importância da escuta como categoria de análise e como prática transformadora.

1.1.2 Delimitação de Escopo

O presente estudo tem como escopo compreender as experiências de mulheres em situação de violência sexual no ambiente universitário. O trabalho busca analisar, a partir da metodologia da escuta sensível, as formas pelas quais essas mulheres vivenciam, interpretam e ressignificam os episódios de violência e as respostas institucionais a eles associadas.

A pesquisa delimita-se, portanto, à dimensão subjetiva e institucional da violência sexual, não se propondo a realizar uma análise quantitativa ou estatística sobre a incidência de casos, nem a generalizar os resultados para outras universidades. O interesse está centrado na profundidade das narrativas individuais e na compreensão qualitativa dos sentidos produzidos pelas participantes.

O estudo também se restringe à violência sexual ocorrida em contextos universitários formais, não abrangendo situações externas à conjuntura acadêmica, como relações domésticas ou comunitárias. Além disso, o foco recai sobre as experiências das mulheres — reconhecendo

que outros grupos (homens, pessoas LGBTQIAPN+, outros estudantes e servidores) também podem ser afetados, mas que a abordagem de gênero adotada privilegia a análise das dinâmicas de poder que atravessam o feminino em contextos de dominação simbólica (Bourdieu, 2002; Saffioti, 2004; Butler, 2019).

Do ponto de vista espaço/tempo, a investigação se concentra no Câmpus de Palmas, no primeiro semestre letivo de 2025, para a coleta dos dados empíricos. Assim, a análise reflete as condições socioculturais e institucionais vigentes nesse momento, podendo ser complementada por estudos futuros que ampliem o recorte histórico ou adotem comparações interinstitucionais.

Por fim, reconhece-se que a pesquisa tem a pretensão de gerar debate sobre as políticas e programas institucionais de enfrentamento à violência, e também de contribuir para a reflexão crítica sobre as formas de acolhimento e escuta existentes no espaço acadêmico. Sua principal contribuição reside em dar visibilidade às vozes das mulheres, ampliando o debate sobre a responsabilidade ética das universidades diante da violência sexual e da desigualdade de gênero.

1.1.3 Justificativa

A justificativa desta pesquisa reside na relevância social e acadêmica do tema. A violência de gênero, e particularmente a violência sexual, constitui não apenas um problema individual, mas uma questão política, cultural e institucional. A invisibilidade desses episódios dentro das universidades compromete a construção de um ambiente de aprendizagem seguro e inclusivo. Como observa Bell Hooks (2019), a universidade não é um paraíso, mas o aprendizado é um espaço onde o paraíso pode ser criado, com consciência crítica, e não onde o silêncio é imposto. A ausência de políticas institucionais efetivas e de mecanismos de escuta qualificada contribui para perpetuar o ciclo de revitimização e impunidade.

Além disso, o estudo se insere num contexto de ampliação dos debates sobre gênero, poder e direitos humanos no Brasil, especialmente após a aprovação de legislações como a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) e os recentes dispositivos legais de enfrentamento à violência contra a mulher (Leis nº 14.994/2024 e nº 15.123/2025). Entretanto, conforme adverte Rose (2022), a eficácia das leis depende da transformação das estruturas simbólicas que sustentam a desigualdade.

Portanto, compreender a violência sexual a partir da escuta sensível significa reconhecer a mulher como sujeito de discurso e não como objeto de pesquisa. Tal perspectiva propõe um deslocamento epistemológico, de uma lógica de vigilância e julgamento para uma ética do cuidado, da empatia e da transformação social. Assim, o presente estudo pretende contribuir

para o fortalecimento das políticas institucionais voltadas ao enfrentamento da violência sexual na universidade, bem como para o avanço das discussões acadêmicas sobre gênero, poder e resistência.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Assim, esta dissertação tem como objetivo geral compreender as implicações presentes nas vivências de violência sexual no ambiente universitário, analisando como essas experiências são narradas, percebidas e ressignificadas pelas mulheres vítimas.

1.2.2 Objetivos Específicos

1. Identificar as formas e contextos em que a violência sexual se manifesta no espaço universitário;
2. Analisar os sentimentos, impactos emocionais e estratégias de enfrentamento adotadas pelas vítimas;
3. Examinar o papel das instituições universitárias diante das situações de violência, destacando as lacunas nos mecanismos de acolhimento e denúncia;
4. Discutir o potencial da escuta sensível como prática metodológica e ética para o enfrentamento da violência sexual na universidade.

1.3 Metodologia

1.3.1 Abordagem metodológica

Esta pesquisa se insere no campo das abordagens qualitativas, fundamentando-se em uma perspectiva interpretativa e crítica da realidade social. Conforme Minayo (2009), a pesquisa qualitativa é aquela que se volta “para o espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (p. 21). Tal abordagem privilegia a compreensão dos significados, valores, crenças e práticas sociais dos sujeitos, permitindo uma leitura contextualizada e relacional da experiência humana.

A escolha dessa abordagem decorre da natureza complexa e sensível do objeto investigado — a violência sexual contra mulheres no ambiente universitário —, que demanda um olhar que reconheça a subjetividade, as emoções e as dimensões simbólicas implicadas. A compreensão desse fenômeno não se limita à quantificação dos casos, mas exige captar os sentidos atribuídos pelas mulheres às suas vivências, seus silêncios e resistências.

Dada a sensibilidade do tema explorado e da voluntariedade da participação, não foi possível estabelecer antecipadamente o tamanho exato da amostra. Segundo Flick (2009), em se tratando de populações ocultas ou de difícil acesso (como pessoas em situação de violência, dependentes químicos, grupos marginalizados) não se pode definir previamente o número de participantes. “Em determinados contextos de pesquisa social, o número de participantes não pode ser estimado de forma precisa antes da coleta, pois depende do acesso e da disponibilidade dos sujeitos.” (Flick, 2009, p. 122).

A violência sexual, por sua natureza traumática e socialmente silenciada, insere-se nesse tipo de problemática. Nesse contexto, o rigor metodológico não está na padronização dos procedimentos, mas na coerência entre o objeto, os objetivos e a forma de abordagem.

A perspectiva epistemológica que sustenta este estudo é a do construtivismo crítico, na medida em que compreende o conhecimento como uma construção social e relacional, produzida no diálogo entre pesquisador e participantes. Esse entendimento se aproxima da pedagogia freireana, que valoriza a escuta, a empatia e o respeito às vozes historicamente silenciadas (Freire, 1987).

A pesquisa foi realizada na Universidade Federal do Tocantins (Câmpus de Palmas), no primeiro semestre letivo de 2025, com mulheres em situação de violência sexual — vivida ou rememorada — e vinculadas à instituição. A escolha do lócus deve-se à relevância de se investigar o problema dentro do espaço acadêmico público no qual se insere a pesquisadora, o qual, embora pautado em princípios de igualdade e cidadania, ainda reproduz desigualdades estruturais.

A captação das participantes foi feita por meio da divulgação da pesquisa por mala direta nos e-mails de todos os alunos vinculados ao Câmpus de Palmas, por aplicativo de mensagem em grupos de estudantes e por cartazes fixados nos banheiros femininos de todo o câmpus. A escolha desses 3 meios de divulgação se deu por alcance e praticidade. Os meios digitais possibilitam uma maior divulgação das informações entre todo o coletivo de alunos, os e-mails foram disparados pela Superintendência de Comunicação da UFT para o grupo “alunos Palmas”. Pelo aplicativo de mensagem de texto foi divulgado card acompanhado do mesmo texto dos e-mails. E os banheiros femininos foram escolhidos para a fixação de cartazes por serem espaços de circulação exclusivos das potenciais participantes da pesquisa.

O material de divulgação era um convite à participação na pesquisa, no qual constava a voluntariedade da participação, a metodologia da pesquisa e as condições de sigilo e confidencialidade do estudo (relacionados a não divulgação dos dados ou qualquer outra característica das participantes que possibilitasse a sua identificação no material a ser

publicado), informava ainda os contatos da pesquisadora (e-mail e telefone/whatsapp), o nome da pesquisa, sua vinculação ao programa de mestrado Profiap e o número do parecer de autorização da pesquisa pelo Comitê de Ética e Pesquisa. A divulgação ocorreu entre fevereiro e maio de 2025.

Ao final do processo de recrutamento, seis mulheres manifestaram interesse, sendo realizadas três entrevistas semiestruturadas com participantes que preencheram os critérios éticos de consentimento e disponibilidade. As idades variaram entre 24 e 39 anos, duas delas em relacionamento heteroafetivo e uma solteira. Essa composição, embora reduzida numericamente, é consistente com o propósito qualitativo de buscar profundidade, e não generalização estatística.

Optou-se pela entrevista semiestruturada como instrumento de coleta de dados, por permitir a combinação entre questões orientadoras e liberdade narrativa. Segundo Manzini (2004), esse instrumento se insere em um espectro conceitual maior que é a interação propriamente dita que se dá no momento da coleta. O que encontra um dos objetivos da pesquisa, o de acolher essas mulheres num espaço de verdadeira escuta da narrativa trazida por elas, o que não seria possível com a utilização de um questionário on-line, por exemplo. Essa modalidade possibilita que as entrevistadas expressem suas experiências com espontaneidade, preservando a dimensão subjetiva do relato.

As entrevistas foram realizadas por meio da plataforma Google Meet, entre os meses de março e maio de 2025, com duração média de 50 minutos. Todas as participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o Termo de Autorização para Uso de Imagem e Som de Voz, em conformidade com a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que regula pesquisas com seres humanos nas ciências sociais e humanas.

A construção do roteiro de entrevista foi orientada por eixos temáticos que contemplaram: o contexto e a caracterização da experiência de violência; os sentimentos e impactos emocionais decorrentes; as estratégias de enfrentamento e de busca de apoio; e, a percepção sobre o papel institucional e as respostas da universidade. Esses eixos dialogam diretamente com os objetivos da pesquisa e com a literatura sobre violência de gênero e relações de poder no espaço acadêmico.

Conduzir uma pesquisa sobre violência sexual exige do pesquisador uma postura ética e sensível, especialmente no que se refere à escuta e ao manejo de emoções. A escuta sensível, conceito central desta investigação, foi utilizada não apenas como técnica de coleta, mas como atitude ética e epistemológica (Maffesoli, 1998; Freire, 1987).

De acordo com Maffesoli (1998), a escuta sensível implica uma disponibilidade afetiva e intelectual para acolher o discurso do outro em sua totalidade — inclusive os silêncios, hesitações e pausas. Em convergência, Freire (1987) propõe uma pedagogia do diálogo, em que a escuta é condição para a conscientização e a libertação. Assim, ao adotar essa perspectiva, o pesquisador assume o compromisso de não revitimizar as participantes, garantindo-lhes espaço de fala livre e respeitosa.

1.3.2 Procedimentos de análise dos dados

Para a análise dos dados, foi utilizada a análise de conteúdo proposta por Bardin (2011), que se estrutura em três etapas principais: (a) pré-análise, (b) exploração do material e (c) tratamento e interpretação dos resultados.

Na pré-análise, realizou-se a leitura flutuante das transcrições, com o objetivo de identificar temas recorrentes e padrões discursivos. Em seguida, na exploração do material, as unidades de registro foram codificadas em categorias temáticas, buscando relações entre os discursos das participantes e os referenciais teóricos da pesquisa. Por fim, no tratamento e interpretação, procedeu-se à inferência teórica, articulando as falas com os conceitos de violência simbólica (Bourdieu, 2002), performatividade de gênero (Butler, 2019) e pedagogia da crueldade (Segato, 2020).

As categorias empíricas emergentes foram:

1. Experiências de assédio e violência;
2. Sentimentos e impactos emocionais;
3. Estratégias de enfrentamento;
4. Institucionalidade e silenciamento.

Essas categorias constituem o núcleo interpretativo da análise, que será aprofundada no Capítulo 3.

1.3.3 Limitações e potencialidades do estudo

Como toda pesquisa qualitativa, este estudo possui limitações relacionadas ao número reduzido de participantes e ao caráter não generalizável dos resultados. Contudo, seu valor está na profundidade interpretativa e na contribuição crítica que oferece à compreensão do fenômeno estudado.

Além disso, a metodologia adotada revela o potencial transformador da escuta sensível como prática de pesquisa e de gestão institucional, reforçando a importância de estratégias de

acolhimento humanizado e de políticas universitárias comprometidas com a equidade de gênero.

1.4 Estrutura Da Dissertação

O trabalho está organizado em 4 capítulos correlacionados. O Capítulo 1, Introdução, apresentou por meio de sua contextualização o tema proposto neste trabalho. Da mesma forma foram estabelecidos os resultados esperados por meio da definição de seus objetivos e apresentadas as limitações do trabalho permitindo uma visão clara do escopo proposto.

O Capítulo 2 apresenta o referencial teórico que sustenta a pesquisa, discutindo os conceitos estruturantes para compreender a violência sexual no ambiente universitário. O capítulo aborda o patriarcado como sistema de dominação e como estrutura que naturaliza a violência contra a mulher. Discute-se também o papel da universidade como espaço ambivalente, simultaneamente emancipador e reprodutor de desigualdades, evidenciando como narrativas de silenciamento e revitimização permanecem presentes nas relações institucionais. Além disso, apresenta o conceito de escuta sensível, situando-o como categoria epistemológica e prática de produção de conhecimento vinculada à ética do cuidado.

O Capítulo 3 apresenta como resultados a interpretação das narrativas das três participantes e discute os resultados à luz do referencial teórico. O capítulo evidencia como a violência sexual produz efeitos duradouros, incluindo medo, isolamento e ruptura da confiança institucional. Mostra também que as políticas e práticas de acolhimento da universidade são fragilizadas, burocratizadas e, em alguns casos, revitimizadoras. A análise demonstra que a escuta sensível pode ser espaço de segurança, reconhecimento e legitimação da dor, contribuindo para o empoderamento das participantes e revelando o potencial transformador dessa prática no enfrentamento à violência de gênero.

No Capítulo 4 são tecidas as conclusões do trabalho, relacionando os objetivos identificados inicialmente com os resultados alcançados. São ainda propostas possibilidades de continuação da pesquisa desenvolvida a partir das experiências adquiridas com a execução do trabalho.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A violência de gênero como fenômeno estrutural

A violência contra a mulher não é um evento isolado nem uma patologia individual; trata-se de um fenômeno estrutural enraizado nas relações históricas de poder e nas formas de organização patriarcal da sociedade. Segundo Saffioti (2004), a violência de gênero constitui um instrumento de manutenção da hierarquia social e da dominação masculina, sendo um dos principais mecanismos de controle sobre o corpo e a subjetividade feminina.

A autora enfatiza que o patriarcado atua como um sistema de opressão que transcende as esferas familiar e conjugal, estendendo-se às instituições políticas, jurídicas, religiosas e educacionais. Em sua análise, "a violência é um instrumento poderoso de dominação e submissão" (Saffioti, 1987, p. 42). Nessa mesma linha, Federici (2017) argumenta que a apropriação do corpo feminino e a desvalorização do trabalho reprodutivo são elementos centrais na consolidação do capitalismo moderno, revelando a íntima conexão entre gênero, economia e poder.

A filósofa Judith Butler (2019) aprofunda esse debate ao afirmar que o gênero é performativo, ou seja, constituído por repetições normativas que definem o que é considerado masculino e feminino. Assim, a violência de gênero se manifesta como punição às identidades e corpos que desafiam essas normas. A naturalização dessas práticas faz com que o patriarcado se mantenha sob a aparência de "ordem social".

Para Pierre Bourdieu (2002), a dominação masculina é sustentada por mecanismos de "violência simbólica", forma de coerção sutil e invisível que opera mediante a aceitação tácita das normas sociais. Essa violência é internalizada pelas vítimas e naturalizada pelas instituições, o que confere ao poder patriarcal uma aparência de legitimidade. O autor enfatiza que as instituições — inclusive as educacionais — são espaços privilegiados para a reprodução desse poder, na medida em que transmitem e validam as hierarquias de gênero como saber legítimo.

Nessa perspectiva, a violência sexual no ambiente universitário deve ser compreendida como uma expressão das estruturas patriarcais que permeiam a sociedade, manifestando-se tanto em práticas explícitas de coerção quanto em microviolências simbólicas cotidianas.

2.2 A universidade e a reprodução das desigualdades de gênero

Embora o acesso feminino ao ensino superior represente uma conquista significativa, a presença das mulheres nas universidades não garantiu a eliminação das desigualdades estruturais. Como observa Beauvoir, "não se nasce mulher, torna-se mulher" (1949, p. 117),

expressão que revela a dimensão socialmente construída da identidade feminina e sujeita a hierarquia de papéis dessa mesma sociedade na qual se constitui.

No contexto universitário, tais papéis são frequentemente reproduzidos em práticas de exclusão e discriminação. A pesquisa conduzida por Scarpa et al. (2022) na Universidade Federal do Rio Grande do Sul revelou que o assédio sexual e moral é recorrente entre estudantes, docentes e servidores; que mulheres e pessoas de grupos minoritários (negras, não heterossexuais) são particularmente afetadas; e que existe uma subnotificação elevada devido ao medo de retaliações e à desconfiança nos canais institucionais de denúncia. Esses dados evidenciam que, apesar da expansão das políticas de igualdade de gênero, a cultura patriarcal ainda estrutura as relações acadêmicas.

Segato (2020) amplia essa discussão ao propor que a violência sexual é um ato de pedagogia da crueldade, em que o corpo da mulher é usado como meio de comunicação e poder. Para a autora, a universidade não está isenta dessa lógica: ela reproduz, em suas práticas cotidianas, o paradigma masculino da racionalidade, da objetividade e da autoridade, o que marginaliza formas de saber e de existência consideradas femininas ou dissidentes.

Bourdieu (2002) denomina esse processo de violência simbólica institucional, que ocorre quando o sistema universitário legitima desigualdades ao naturalizar as hierarquias de gênero. As instâncias de poder — conselhos, coordenações, reitorias — permanecem majoritariamente masculinas, reforçando o monopólio simbólico do saber e da autoridade.

2.3 Violência simbólica, linguagem e silenciamento

A linguagem é um dos principais instrumentos de poder e de dominação social. Spivak (2010), em seu ensaio “Pode o subalterno falar?”, argumenta que as mulheres, especialmente as de grupos subalternizados, são frequentemente privadas de voz e de representação. Esse silenciamento não se restringe à ausência de fala, mas à invalidação do discurso feminino como legítimo dentro das estruturas hegemônicas de conhecimento.

A violência simbólica se manifesta, portanto, tanto na exclusão da fala quanto na desqualificação da experiência da mulher como fonte válida de saber. No ambiente universitário, essa exclusão ocorre quando denúncias de assédio ou abuso são tratadas como “mal-entendidos”, “problemas interpessoais” ou “conflitos éticos menores”. Segundo Hooks (2019), o patriarcado se sustenta também pela negação do sofrimento das mulheres, o que impede o reconhecimento da violência como questão política e social.

Freire (1987) contribui com essa análise ao propor uma pedagogia dialógica, fundada na escuta e na valorização da experiência do outro. Para o autor, a libertação ocorre por meio da

conscientização e da reconstrução coletiva do discurso. A escuta sensível, nesse sentido, torna-se uma prática de resistência epistemológica: ouvir o outro é reconhecer sua humanidade e sua capacidade de produzir conhecimento.

2.4 Escuta sensível como instrumento ético e político

Beggiato et al. (2022) publicaram artigo de revisão de escopo sobre violência no ensino superior e puderam apontar que a violência (incluindo assédio sexual) é recorrente e multifacetada nas universidades brasileiras. Os autores destacam ainda a existência de lacunas em dados padronizados, insuficiência de políticas institucionais e a necessidade de pesquisa longitudinal para medir impactos desse fenômeno.

> "Desenvolver mais pesquisas, ouvir a comunidade acadêmica, buscar soluções coletivas, **expor e reconhecer que violência está dentro da universidade**, nas relações cotidianas e que a mesma traz consequências negativas na vida das pessoas que a sofre mostra-se necessário." (Beggiato et al., 2022, p.37) (grifo nosso)

Assim, a proposição do uso da técnica de escuta sensível, aplicável no processo de pesquisa, na construção de relações dialógicas, no acolhimento de vítimas de violência e na humanização dos atendimentos, encontra largo campo de aplicabilidade no ambiente universitário.

Michel Maffesoli (1998) introduziu o conceito de "escuta sensível" nas ciências sociais como uma postura metodológica que busca compreender o outro em sua totalidade — não apenas por meio do que é dito, mas também pelos silêncios, gestos e emoções que permeiam a comunicação. Essa escuta exige empatia, disponibilidade e ética relacional.

Quando articulada à perspectiva freireana de diálogo, a escuta sensível assume caráter político: ela rompe com a hierarquia tradicional entre pesquisador e participante, transformando a entrevista em um espaço de coautoria e reconstrução simbólica. Trata-se, portanto, de uma metodologia voltada à humanização das relações e ao reconhecimento da subjetividade.

No contexto da violência sexual, a escuta sensível é fundamental para evitar a revitimização e promover a reconstrução da narrativa traumática. Como explica Segato (2020), o ato de falar sobre a violência pode ser, para muitas mulheres, um gesto de reapropriação do corpo e da memória. A escuta, nesse caso, não se reduz a técnica de coleta, mas se torna prática de resistência e de cuidado.

2.5 Políticas públicas e desafios institucionais

Apesar dos avanços legais no Brasil — como a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), a Lei nº 14.994/2024 e a Lei nº 15.123/2025 —, persiste uma lacuna entre a normatividade e a efetividade das políticas de enfrentamento à violência contra a mulher.

Rose (2022) nos traz a reflexão de que a violência símbolo-política tende a se ocultar atrás de legislações ou políticas fragmentadas, as quais não agem de fato nas raízes do problema, mas criam a falsa impressão de resolvê-lo. Assim, legislações ou normas institucionais que não transformam estruturas culturais podem dar a ilusão de resposta, mas não interrompem o ciclo de dominação ou opressão.

Segundo Silva et al. (2024), as universidades ainda carecem de protocolos claros de acolhimento e investigação, e as iniciativas existentes são, em geral, reativas e fragmentadas. Segundo Araújo e Mota (2014) a criação de comissões internas de acolhimento e a implementação de campanhas de sensibilização e educativas são passos essenciais para a construção de um ambiente universitário mais seguro e igualitário.

Em dezembro de 2024, o Projeto de Lei (PL) nº 2825/2022 proposto pela Deputada Federal Sâmia Bomfim, o qual estabelece diretrizes para implementação da política de combate à violência contra a mulher em ambiente universitário, foi aprovado na Câmara dos Deputados e atualmente está em tramitação no Senado Federal. Esse PL tem por objetivo definir diretrizes para implementar uma política nacional de combate à violência contra a mulher em universidades e faculdades públicas e privadas e padronizar a resposta a casos de machismo e assédio no ambiente acadêmico, que nem sempre possuem o mesmo nível de acolhimento. O texto propõe medidas como a criação de órgãos de acolhimento e denúncia com participação de representantes estudantis e a exigência de profissionais qualificados nestas estruturas, visando garantir a segurança e o bem-estar de discentes, docentes, técnicas e funcionárias em instituições de ensino superior.

Em junho de 2025, o Jornal Metrópoles publicou a reportagem “O assédio sexual nos câmpus em 128 atos”, assinada por Tácio Lorran, Melissa Duarte e Manuel Marçal, apresentando a investigação jornalística a qual analisou 128 processos administrativos disciplinares (PADs) apurados em universidades e institutos federais de ensino obtidos por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI). Os casos analisados envolvem ao menos 265 vítimas e 132 acusados em 59 universidades e institutos federais, abrangendo todos os 26 estados e o Distrito Federal. A Universidade Federal do Tocantins (UFT) aparece na reportagem com 1 caso no qual o docente foi demitido após PAD.

Em solicitação feita por meio da Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação – Fala.Br, serviço disponibilizado pelo Governo Federal, obtivemos informações

sobre manifestações registradas, via ouvidoria, relativas ao período de 04/04/2020 a 04/04/2025, com assuntos relacionados a assédio sexual e agressão (violência contra a mulher) no âmbito da UFT. As informações colhidas dão conta de que houve 12 casos registrados, sendo 6 no câmpus Palmas e 6 no câmpus Gurupi, todos encaminhados para apuração via PAD.

Boaventura de Sousa Santos (2019) observa que as instituições modernas operam sob a lógica da "monocultura do saber", na qual o conhecimento científico é considerado superior a outras formas de saber. Essa lógica contribui para o distanciamento entre a teoria e a prática institucional, dificultando o reconhecimento das experiências vividas pelas mulheres como base legítima para a formulação de políticas.

Assim, a transformação das universidades em espaços seguros requer a implementação de políticas integradas, formação continuada sobre gênero e direitos humanos e, sobretudo, o fortalecimento das redes de apoio e acolhimento. A universidade deve se reconhecer como parte do problema para poder tornar-se parte da solução.

3 RESULTADOS E ANÁLISE

3.1 Considerações iniciais da análise

A análise dos dados seguiu o método de análise de conteúdo de Bardin (2011), que busca "obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção das mensagens" (p. 48). As entrevistas, realizadas com três mulheres vinculadas à Universidade Federal do Tocantins, revelaram narrativas densas e complexas sobre vivências de assédio e violência sexual no contexto acadêmico.

As situações apresentadas nas entrevistas podem ser resumidas da seguinte forma: caso 1: assédio sexual fora do câmpus, praticado por pessoa de hierarquia superior; caso 2: importunação sexual dentro de veículo oficial, por pessoa de mesma hierarquia; e caso 3: assédio sexual (presencial e virtual), praticado por pessoa de hierarquia superior. Há que se pontuar que, mesmo as situações que ocorreram fora do espaço físico da universidade, o vínculo que ligava os envolvidos era o institucional, logo configura-se o contexto universitário.

A partir da análise das transcrições, foram identificados 13 eixos temáticos, posteriormente agrupados por afinidade em quatro categorias analíticas. Os dados coletados e tratados conforme a análise de conteúdo de Bardin (2011) estão esquematicamente apresentados no quadro a seguir:

Quadro 1: Resultados Esquematizados da Análise de Conteúdo

CATEGORIAS DE ANÁLISE	EIXOS TEMÁTICOS
Experiência do assédio e da violência	Importunação sexual
	Assédio sexual/convites impróprios
	Assédio por mensagens e perseguição
	Hierarquia/Poder
Sentimentos e impactos emocionais	Culpa e dúvida
	Medo e insegurança
	Revitimização
Estratégias de enfrentamento	Resistência
	Rede de apoio
	Denúncia
Institucionalidade e silenciamento	Falta de canais efetivos
	Ausência de acolhimento institucional

	Cultura do silêncio

Fonte: Elaborado pelos autores

3.2 Experiência do assédio e da violência

É bem comum a visão restrita de que só há violência quando há estupro consumado o que dificulta a percepção de outras práticas igualmente danosas, como o assédio, o abuso verbal e o constrangimento sexual. Essa ideia dificulta o reconhecimento da violência até mesmo pelas próprias vítimas, que muitas vezes demoram anos para compreender que viveram uma experiência violenta, como corrobora a pesquisa "Violência Sexual – Percepções e comportamentos sobre violência sexual no Brasil" publicada pelos Institutos Patrícia Galvão e Locomotiva (2016).

"*Eu demorei muito tempo para entender que isso foi uma violência.*" (Caso 1)

O relato acima revela a dificuldade de reconhecimento da violência quando ela é disfarçada sob formas sutis de poder. Butler (2019) afirma que o corpo feminino é socialmente construído dentro de um sistema de normas regulatórias que definem o que é aceitável ou não para as mulheres, e qualquer ruptura com esse padrão pode gerar punições simbólicas e reais. A percepção tardia da violência, portanto, é produto do condicionamento social e discursivo que normaliza práticas abusivas.

As narrativas evidenciam que as formas de assédio vivenciadas pelas participantes variam desde comentários inapropriados e insinuações até convites explícitos e coerções simbólicas mediadas por relações hierárquicas. Essas situações demonstram que a violência sexual no ambiente universitário se manifesta por um gradiente de violências, que vai do simbólico ao físico, do sutil ao ostensivo.

Segato (2020) amplia a compreensão ao argumentar que a violência sexual funciona como uma "pedagogia da crueldade", um ato de comunicação em que o agressor reafirma seu poder sobre o corpo da vítima. No ambiente universitário, onde o poder se manifesta em títulos, cargos e prestígio, essa pedagogia adquire contornos institucionais.

Os relatos das entrevistadas também indicam que o lugar da mulher no campo acadêmico é frequentemente marcado por assimetrias. Professores, coordenadores e servidores, investidos de autoridade simbólica, utilizam sua posição para estabelecer relações de dominação. Bourdieu (2002) denomina esse processo de violência simbólica, uma forma de coerção que se impõe não pela força física, mas pela aceitação inconsciente de hierarquias naturalizadas.

Em um dos casos, a entrevistada relata ter sido reprovada após recusar o assédio de um docente — uma demonstração clara da interseção entre poder institucional e violência sexual, que transforma o espaço universitário em campo de disputa e ameaça.

"*Eu fiquei com medo porque eu ia de bicicleta, então meio que a gente... nossos caminhos se cruzavam, ele vinha de carro, eu fiquei com medo, ah, dele fazer alguma coisa comigo por eu ser sozinha. Fiquei também com medo dele me prejudicar no curso em questão de estágio. E aí deu isso. No final ele acabou me reprovando na matéria*."(Caso 3)

Essa fala evidencia o que Federici (2017) define como economia política do corpo feminino: o controle e a penalização das mulheres que resistem ao papel que lhes é imposto dentro de uma estrutura de dominação.

3.3 Sentimentos e impactos emocionais

As falas das participantes evidenciam sentimentos de culpa, medo, vergonha e revitimização. Esses afetos emergem tanto da experiência direta da violência quanto da forma como o entorno institucional reage a ela.

"*Eu me senti tão desolada sozinha que eu queria desistir.*" (Caso 3)

"*E a gente fica se questionando, assim, ah, onde foi que eu errei? O que eu fiz? Será que eu dei liberdade? E todas as vezes que eu recapitulei isso, eu percebi que eu não tinha dado nenhum tipo de liberdade para ele*" (Caso 2)

Na perspectiva psicanalítica, Freud (1920/2023) define o trauma como aquilo que escapa à simbolização e retorna sob a forma de sofrimento psíquico.
A culpa, nesse sentido, não é apenas uma emoção individual, mas um produto social que desloca a responsabilidade da violência para a vítima. Laplanche e Pontalis (2022) afirmam que a vergonha e a culpa estão ligadas ao olhar do outro — ao ser visto como objeto —, o que se intensifica em relações de poder assimétricas.

A literatura feminista também denuncia esse mecanismo de culpabilização. Kergoat (2009) explica que a cultura patriarcal impõe à mulher uma posição de responsabilidade moral pela própria integridade, e qualquer violação é interpretada como falha pessoal. Questões como a roupa usada, o horário em que o fato ocorreu ou o comportamento da vítima são frequentemente mobilizadas para colocar em dúvida sua palavra. Hooks (2014) complementa que o patriarcado socializa mulheres e homens de maneira distinta: as mulheres aprendem a interiorizar culpa, vergonha e a aceitar a condição subordinada, enquanto os homens são socializados para eximir-se de responsabilidade pelas dinâmicas de opressão.

"*o sentimento de culpa, eh, eu já tratei, às vezes volta na terapia, isso, vem um sentimento de culpa por eu não ter reagido, não ter conseguido falar nada e do medo dele pensar em algum momento que eu consenti que eu estava gostando daquilo, sabe?*" (Caso 3).

Esse processo de culpabilização faz com que muitas mulheres internalizem a ideia de que, de alguma forma, são responsáveis pelo que ocorreu. Essas emoções não apenas retraumatizam, mas também produzem silêncio e isolamento, impedindo a denúncia. Como observa Spivak (2010), o silêncio do subalterno não é ausência de fala, mas resultado da impossibilidade de ser ouvido. A violência institucional, portanto, perpetua-se pela negação da escuta, pela ausência de espaços de acolhimento que reconheçam a legitimidade da dor.

3.4 Estratégias de enfrentamento e resistência

As estratégias de enfrentamento relatadas variam entre a resistência individual, o apoio em redes informais e as tentativas de denúncia formal. No entanto, observa-se que, em todos os casos, as mulheres enfrentam barreiras significativas — burocráticas, culturais e emocionais — para romper o ciclo de violência.

"*Aí eu quis conversar até com a coordenadora do curso, mas no dia que eu fui ter a conversa com ela, tava rolando esse burburinho dele tá dando em cima de novo das alunas, ela falou assim na sala: "Ah, gente, eh, não tem como a coordenação tomar nenhuma previdência porque até agora é só a fofoca". Aí o que eu fiquei assim, eu achei ela é amiga dele, pessoal, então se eu for lá e falar alguma coisa, não vai dar em nada.*" (Caso 3)

A fala evidencia a minimização institucional da violência, uma forma de silenciamento que deslegitima a experiência da vítima. Segundo Rose (2022), as instituições tendem a adotar respostas simbólicas — discursos e comissões — que produzem aparência de cuidado, mas não transformam as estruturas de poder.

Do ponto de vista psicológico, a experiência de violência sexual desencadeia mecanismos de defesa que podem interferir diretamente na capacidade de narrar o ocorrido. Muitas vítimas relatam sentimentos de paralisia, bloqueio de memória e confusão, o que torna a fala fragmentada ou até mesmo ausente (Gama et al, 2025).

"*E aí eu lembro, é uma memória não muito clara para mim*" (Caso1)

Esses mecanismos são estratégias do corpo e da mente para lidar com situações de extremo estresse, mas frequentemente são interpretados por terceiros como falta de credibilidade. Observa-se que as estratégias de enfrentamento recaem sobre as vítimas, que precisam desenvolver mecanismos individuais de proteção, perpetuando o caráter estrutural da violência.

Dados apontam que menos de 10% das mulheres que sofrem violência sexual chegam a formalizar denúncia (IPEA, 2014), muitas vítimas não conseguem ou não se sentem seguras para compartilhar suas experiências.

Por outro lado, o enfrentamento também pode se dá por meio da reapropriação da voz. Quando as mulheres compartilham suas experiências em espaços seguros, como nesta pesquisa, elas constroem narrativas que rompem o silêncio imposto. Freire (1987) entende o diálogo como ato de libertação e conscientização; Maffesoli (1998) acrescenta que a escuta sensível é o primeiro passo para o reconhecimento mútuo e para a construção da solidariedade.

A resistência, portanto, manifesta-se tanto no ato de falar quanto na insistência em existir com dignidade dentro de espaços hostis. Butler (2019) denomina esse gesto de performatividade insurgente: o uso do corpo e da voz para desafiar as normas de subordinação.

3.5 Institucionalidade e cultura do silêncio

A análise revelou que as três participantes perceberam ausência ou ineficácia dos mecanismos institucionais de acolhimento e denúncia. Embora existam canais formais — como a ouvidoria —, eles são frequentemente inacessíveis, pouco divulgados ou descritos como lentos e ineficazes.

"*na UFT eu vi que tinha ouvidoria, só que na época que aconteceu isso não tava funcionando presencialmente. Aí eu não encontrei o meio de denunciar eh de forma online ou por ligação, algo do tipo."* (Caso 3)

Esses relatos confirmam as pesquisas nacionais, como Barroso et al. (2023) e Kiyar et al (2024), que apontam para o escasso acolhimento e resolução em casos de violência contra mulheres no ambiente acadêmico. Muitas alunas, servidoras e funcionárias não denunciam casos de assédio e violência sexual por receio de prejudicar sua trajetória profissional ou acadêmica (Guzzo e Ordones, 2024).

A ausência de acolhimento nessas situações acentua ainda mais a vulnerabilidade dessas mulheres.

"*Inclusive eu senti a violência duas vezes, né? Quando eu sofri pelo rapaz que me tocou e quando eu externei publicamente numa reunião em que tinha majoritariamente homens da gestão e que deram total descrédito à minha fala*" (Caso 2).

Kiyar et al. (2024) acrescentam que, mesmo quando as denúncias ocorrem, raramente resultam em medidas efetivas de responsabilização. A ausência de acolhimento reforça o sentimento de desamparo e perpetua o que Segato (2020) chama de segunda violência — aquela praticada pela instituição quando ignora ou minimiza a dor da vítima.

Bourdieu (2002) explica que essa inércia institucional não é casual, mas resultado da reprodução do poder simbólico, que protege os detentores da autoridade acadêmica. A inexistência de equipes de acolhimento ou sua insuficiência, somadas ao desinteresse institucional em enfrentar esses casos refletem a resistência em romper com a lógica patriarcal que estrutura muitas práticas institucionais.

A cultura do silêncio, portanto, não é apenas passividade: é mecanismo ativo de manutenção da ordem patriarcal. Ela impede a transformação institucional e naturaliza a violência como parte das dinâmicas sociais da universidade.

3.6 Síntese interpretativa

A análise das quatro categorias evidencia que a violência sexual no ambiente universitário constitui um fenômeno estrutural, multifacetado e institucionalmente legitimado. As narrativas das entrevistadas revelam que o assédio e o abuso não ocorrem apenas entre indivíduos, mas são sustentados por relações de poder simbólico, moral e hierárquico.

A escuta sensível mostrou-se, neste contexto, uma metodologia potente de investigação e de reparação simbólica. Ao permitir que as mulheres reconstruam suas histórias a partir da fala, ela possibilita um processo de ressignificação subjetiva e política. Como destaca Butler (2019), a vulnerabilidade pode tornar-se espaço de resistência quando compartilhada e reconhecida publicamente.

A partir dessa perspectiva, o enfrentamento da violência sexual nas universidades requer mais do que normativas e protocolos: exige reformas culturais profundas, baseadas na ética do cuidado, na formação crítica e na democratização das relações de poder.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo compreender as implicações da violência sexual contra mulheres no ambiente universitário, analisando as experiências vividas e narradas por estudantes da Universidade Federal do Tocantins (Câmpus Palmas) sob a perspectiva da escuta sensível. Ao longo da investigação, foi possível constatar que a violência sexual, longe de ser um fenômeno episódico ou restrito a indivíduos desviantes, constitui expressão de relações estruturais de poder e gênero que atravessam as instituições acadêmicas e sociais.

Os resultados revelaram que a violência sexual assume múltiplas formas — desde importunações e coerções simbólicas até práticas de assédio explícito —, sendo frequentemente invisibilizada pela naturalização cultural e pela fragilidade das respostas institucionais. As narrativas das participantes evidenciam a existência de uma pedagogia do silêncio, sustentada pela culpa, pela vergonha e pelo medo de represálias, que impede as mulheres de se reconhecerem como vítimas e de denunciarem os agressores.

A análise das categorias empíricas demonstrou que o assédio e a violência estão intrinsecamente vinculados a relações hierárquicas, nas quais o poder docente e institucional é instrumentalizado como meio de coerção. A culpa e o medo emergem como efeitos psíquicos da dominação simbólica (Bourdieu, 2002) e da performatividade de gênero (Butler, 2019), revelando como o patriarcado internaliza sua lógica de controle nos corpos e nas subjetividades das mulheres.

Este trabalho é uma forma de dar visibilidade às vozes femininas silenciadas e reforça a necessidade de transformação estrutural no ambiente acadêmico, de modo a torná-lo efetivamente inclusivo, seguro e equitativo. A adoção da escuta sensível como postura ética e metodológica mostrou-se fundamental para a construção de um espaço de fala seguro e emancipador. Inspirada em Maffesoli (1998) e Freire (1987), essa prática permitiu que as entrevistadas ressignificassem suas experiências, transformando a dor em discurso e a vulnerabilidade em potência política. Nesse sentido, a escuta sensível não se limita a uma técnica de pesquisa, mas se constitui como uma metodologia de resistência e reconstrução simbólica.

A partir dessa abordagem, torna-se evidente que o enfrentamento da violência sexual nas universidades não pode se restringir à criação de normas e comissões disciplinares. É necessário reconfigurar a cultura institucional, promovendo práticas de acolhimento efetivas, formação de servidores e docentes em gênero e direitos humanos, e implementação de canais de denúncia acessíveis, humanizados e confiáveis. Conforme Segato (2020), a violência não se

rompe apenas pela punição do agressor, mas pela reconstrução das condições simbólicas que a tornam possível.

4.1 Contribuições da dissertação

Entre as contribuições desta pesquisa, destacam-se: a sistematização crítica de experiências empíricas de mulheres em situação de violência sexual no ensino superior; a ampliação teórica sobre a escuta sensível como instrumento ético de investigação e acolhimento; e a reflexão sobre o papel das universidades como espaços políticos de produção e reprodução de desigualdades de gênero.

Do ponto de vista prático, os resultados indicam a urgência de políticas institucionais que contemplem não apenas a punição, mas também a prevenção e a educação. Programas permanentes de formação e sensibilização sobre gênero, sexualidade e ética relacional devem integrar o cotidiano acadêmico, rompendo com o ciclo de silêncio e revitimização.

Do ponto de vista teórico, esta dissertação reforça a necessidade de integrar perspectivas feministas críticas às ciências sociais e administrativas, superando a visão instrumental da gestão pública e reconhecendo que a administração também é um campo de poder e de disputa simbólica. Assim, a interdisciplinaridade se apresenta como caminho indispensável para compreender e enfrentar as violências de gênero.

Em termos epistemológicos, reafirma-se a importância de metodologias humanizadas e participativas na pesquisa social. A escuta sensível e o diálogo freireano demonstraram que é possível produzir conhecimento científico sem desumanizar o sujeito pesquisado, estabelecendo uma relação horizontal entre saber e experiência.

Finalmente, reconhece-se que as universidades, enquanto espaços de produção de conhecimento, têm também a responsabilidade ética de promover ambientes seguros, equitativos e inclusivos. Isso exige coragem institucional para reconhecer a existência da violência e compromisso político para transformá-la.

Como sintetiza Hooks (2019), a educação como prática da liberdade requer que enfrentemos as estruturas que produzem a dominação. A construção de universidades verdadeiramente democráticas passa, portanto, pela escuta ativa das vozes femininas historicamente silenciadas e pela transformação das relações de poder que sustentam o patriarcado acadêmico.

O caminho proposto por esta pesquisa é o da responsabilidade coletiva: ouvir, acolher, educar e agir. Somente assim será possível que as universidades cumpram sua função social de

formar não apenas profissionais competentes, mas cidadãos e cidadãs conscientes, solidários e comprometidos com a justiça social.

4.2 Trabalhos futuros

Ao longo do percurso investigativo, emergiram algumas oportunidades relevantes de ampliação e continuidade do estudo, indicando caminhos promissores para pesquisas futuras, tais como:

- análise dos resultados das denúncias realizadas via ouvidoria;

- levantamento e avaliação dos programas e ações desenvolvidos dentro da UFT correlatos à temática;

- avaliação das ações institucionais de capacitação relacionas à violência de gênero e direitos humanos;

- estudo sobre a transversalidade desse assunto nos Projetos Pedagógicos dos Cursos;

São muitas as possibilidades de investigação correlatas, igualmente importantes para aprofundarmos os conhecimentos e subsidiarmos as discussões acadêmico-institucionais.

REFERÊNCIAS

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023.* São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/. Acesso em: 30 mai. 2025.

ARAÚJO, Marisa Ferreira de; MOTA, Thiago da. Políticas de combate à violência sexual em universidades brasileiras. *Revista Brasileira de Educação*, v. 19, n. 57, p. 235-254, 2014.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROSO, Milena Fernandes et al. Estudo avalia violência contra mulheres em espaços acadêmicos no Amazonas. *Agência Amazonas – FAPEAM*, 15 ago. 2023. Disponível em: https://www.agenciaamazonas.am.gov.br/noticias/estudo-avalia-violencia-contra-mulheres-em-espacos-academicos/. Acesso em: 30 jul, 2025.

BEGGIATO, Sheila; *et al*. Violência No Contexto Do Ensino Superior: Uma Revisão De Escopo. *Revista InCantare*, *[S. l.]*, v. 16, n. 1, p. 22–40, 2023. DOI: 10.33871/2317417X.2022.16.1.8174. Disponível em: https://periodicos.unespar.edu.br/incantare/article/view/8174. Acesso em: 30 mai. 2025.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina.* 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL. *Lei nº 11.340*, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 10 jun. 2024

BRASIL. *Lei nº 14.994*, de 2024. Dispõe sobre o agravamento de penas para feminicídio e outros crimes contra a mulher. Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l14994.htm. Acesso em: 21 dez. 2024

BRASIL. *Lei nº 15.123*, de 2025. Dispõe sobre o agravante para violência psicológica com uso de inteligência artificial. Brasília, DF: Presidência da República, 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/Lei/L15123.htm. Acesso em: 30 mai. 2025

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei nº 2.825*, de 2022. Estabelece diretrizes gerais para o combate à violência contra mulher em ambiente universitário. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2022. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2338858. Acesso em: 22 dez. 2024.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.* 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. *Resolução nº 510*, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial da União,

Brasília, DF, 24 maio de 2016. Disponível em: https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/atos-normativos/resolucoes/2016/resolucao-no-510.pdf/view. Acesso em: 30 jul. 2024.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva.* São Paulo: Elefante, 2017.

FLICK, Uwe. *Introdução à pesquisa qualitativa*. Tradução de Joice Elias Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GAMA, Camila Monteiro Fabrício et al. Violência sexual e neurociências: interfaces acerca do enfrentamento do trauma. *Neurociências & Sociedade*, Rio de Janeiro, Brasil, v. 2, n. 1, p. e 025005, 2025. DOI: 10.22409/nes.v2i1.66561. Disponível em: https://periodicos.uff.br/neurocienciasesociedade/article/view/66561. Acesso em: 17 ago. 2025.

GUZZO, Morgani; ORDONES, Pedro. 81% dos estudantes não denunciaram violências na universidade. *Observatório Caleidoscópio – Unicamp*, 24 jun. 2024. Disponível em: https://observatoriocaleidoscopio.unicamp.br/2024/06/24/81-dos-estudantes-nao-denunciaram-violencias-na-universidade/. Acesso em: 17 ago. 2025.

HOOKS, Bell. *Feminist Theory: From Margin to Center*. 3. ed. New York: Routledge, 2014.

HOOKS, Bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras.* 2. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

INSTITUTO AVON; DATA POPULAR. *Violência contra a mulher no ambiente universitário brasileiro*. São Paulo: Instituto Avon, 2015. Disponível em: https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/violencia-contra-a-mulher-no-ambiente-universitario-data-popularinstituto-avon-2015/. Acesso em: 30 jul. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *PNAD Contínua – Indicadores de trabalho 2023.* Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Coordenação de População e Indicadores Sociais. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira em 2023***.** [em meio digital]. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde* (versão preliminar) (Nota Técnica n. 11), 2014. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/entities/publication/47f512d5-3cc4-4bf6-9b37-2a561de72dcb. Acesso em: 30 mai. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). *Censo da Educação Básica 2022: notas estatísticas*. Brasília, DF: Inep, 2023.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO; INSTITUTO LOCOMOTIVA. *Violência Sexual – Percepções e comportamentos sobre violência sexual no Brasil*. 2016. Disponível em: https://www.ba.gov.br/mulheres/noticia/2024-03/4779/confira-pesquisa-inedita-sobre-violencia-sexual-contra-mulheres-no-brasil. Acesso em: 30 jun. 2025.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena (Org.), Laborie, F., Le Doaré, H., Senotier, D. *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora UNIFESP, 2009, p. 67-84. Disponível em: https://cursosextensao.usp.br/pluginfile.php/862885/mod_resource/content/0/Daniele%20Kergoat%20Divis%C3%A3o%20sexual%20do%20trabalho.pdf. Acesso em: 30 mai. 2025.

KIYAR, Isabela et al. Construção de diretrizes para orientar ações institucionais em casos de violência de gênero na universidade. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, São Paulo, v. 28, e220048, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/icse/a/NyCb9wTJ8YfxBqDmNvbFF9K/. Acesso em: 30 jun. 2025.

LORRAN, Tácio. DUARTE, Melissa. MARÇAL, Manuel. *O assédio sexual nos câmpus em 128 atos*. Metrópolis, Distrito Federal, 24 jun. 2025. Disponível em: https://www.metropoles.com/materias-especiais/assedio-sexual-universidades, Acesso em 24 jun. 2025.

MAFFESOLI, Michel. *A contemplação do mundo*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1995.

MANZINI, Eduardo José. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de Roteiros, 2004. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://wp.ufpel.edu.br/consagro/files/2012/03/MANZINI-Jos%C3%A9-Eduardo-Entevista-semi-estruturada-An%C3%A1lise-de-objetivos-e-de-roteiros.pdf Acesso em: 19 set. 2025.

MINAYO, M. C. S. (org.). *Pesquisa Social***.** Teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Global status report on violence prevention 2014*. Geneva: World Health Organization, 2014. Disponível em: https://www.who.int/publications/i/item/9789241564793. Acesso em: 6 jun. 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Violence against women prevalence estimates, 2018*. Geneva: World Health Organization, 2021. Disponível em: https://www.who.int/publications/i/item/9789240022256. Acesso em: 6 jun. 2024.

SILVA, Luciano Cicero da et al. Política Nacional De Enfrentamento À Violência Contra A Mulher: Uma Revisão De Literatura. *Revista Políticas Públicas & Cidades*, *[S. l.]*, v. 13, n. 2, p. e 1307, 2024. DOI: 10.23900/2359-1552v13n2-303-2024. Disponível em: https://journalppc.com/RPPC/article/view/1307. Acesso em: 01 jun. 2025.

ROSE, Jacqueline. *Sobre a violência e sobre a violência contra as mulheres*. Tradução de Mônica Kalil. São Paulo: Boitempo, 2022.

SAFFIOTI, Heleieth. *O poder do macho*. São Paulo. Moderna, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul.* São Paulo: Autêntica, 2019.

SCARPA, Leonardo; et al. Harassment in Brazilian universities: how big is this problem? The Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS) as a case study. *Anais da Academia Brasileira de Ciências*, Rio de Janeiro, v. 94, n. 2, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/aabc/a/gThR3Njnbx4945tDm5SfzWd/. Acesso em: 22 mai. 2025.

SEGATO, Rita Laura. *Contra-pedagogias da crueldade.* São Paulo: Elefante, 2020.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: UFMG, 2010.

VIANA, Dalila Sena; COSTA, Maria do Socorro Moura. A cultura do patriarcado no brasil: da violência doméstica ao feminicídio. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, *[S. l.]*, v. 10, n. 5, p. 2829–2847, 2024. DOI: 10.51891/rease.v10i5.13935. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/13935. Acesso em: 11 jun. 2025.